

DO OPPIDUM À CAPITAL DE PROVÍNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESPECIFICIDADE DE BRACARA AUGUSTA E SUA INTEGRAÇÃO AO MUNDO ROMANO (SÉCULOS I-IV)

FROM OPPIDUM TO PROVINCE CAPITAL: SOME CONSIDERATIONS ON THE SPECIFICITY OF BRACARA AUGUSTA AND ITS INTEGRATION TO THE ROMAN WORLD (I-IV CENTURIES)

Roberta Alexandrina da Silva *
rdasilva@unicamp.br

RESUMO: Este artigo faz algumas considerações relativos à história da cidade romana de Bracara Augusta, com a pretensão de debater acerca da memória esquecida de uma opulenta urbs, importante no noroeste da Hispânia. Também, será discutido como as evidências arqueológicas foram um importante instrumento fundamental na (re)descoberta da cidade desde 1976, mostrando nuances antes fragmentadas e olvidadas por sobreposições de períodos. Portanto, ambiciona-se neste artigo fazer algumas ponderações acerca do protagonismo da cidade perante a região e o processo de integração da população no mundo Romano.

PALAVRAS CHAVE: Bracara Augusta, Cidade, Memória, Urbanização, *Oppidum*.

ABSTRACT: This article makes some considerations about the history of Roman city of Bracara Augusta, with intention of debating the forgotten memory of an opulent urbs, important in northwest of Hispania. In addition it will be discussed how archaeological evidence has been an important fundamental instrument in (re) discovery of city since 1976, presentation nuances previously fragmented and oblivious to period overlaps. Therefore, this article aims to make some deliberations about protagonist of city before region and process of population integration in the Roman world.

KEYWORDS: Bracara Augusta, City, Memory, Urbanization, *Oppidum*.

[...] de um lado, o esquecimento nos amedronta. Não estamos condenados a esquecer tudo? De outro, saudamos como uma pequena felicidade o retorno de um fragmento do passado arrancado, como se diz, ao esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 427).

1. *Algumas questões introdutórias: da história esquecida à memória revivida*

A História e a memória acerca de *Bracara Augusta*, mesmo sendo antiga, ainda é bastante recente. Foi, no entanto, na década de 1970 que pesquisas sobre a Antiguidade da cidade se tornaram consistentes; pois, através de um trabalho associado entre uma equipe de técnicos e arqueólogos, realizados em Braga, atrelados ao “Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*”, pela Unidade de Arqueologia e sob a responsabilidade da Universidade do Minho, que trouxeram à tona a esquecida *Bracara Augusta*.

* Doutora em História pelo IFCH/DH/UNICAMP. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História, UFES e pelo Programa IFCH/DH/UNICAMP. Professora na UFPA, campus Universitário de Bragança, e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, UNIFAL-MG. Professora Associada ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – LEIR/UFES.

De acordo com Maria Manuela Martins, uma das grandes expoentes dessa empreitada, a cidade começa a ser (re)descoberta com suas nuances arquitetônicas e urbanísticas:

Em meados dos anos 70 foi possível parar a destruição sistemática dos terrenos arqueológicos onde jaziam as ruínas da Braga romana, iniciando-se, em 1976, um processo de intervenção arqueológica sistemática, do qual resultou uma notável acumulação de evidências arqueológicas que tornaram possível (re)descobrir, de facto, *Bracara Augusta*. Assim, o conhecimento que possuímos hoje desta importante cidade romana é sobretudo devedor das numerosas escavações realizadas ao longo dos últimos vinte e seis anos, no âmbito do Projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* [grifo meu] que logrou trazer à luz do dia os vestígios de uma cidade insuspeita, quer na sua dimensão, quer nas suas características urbanísticas e arquitectónicas (MARTINS, 2004, p. 150)

Desde 1976 até à atualidade, houve mais de uma centena de intervenções arqueológicas urbanas na cidade de Braga que possibilitaram conhecer a cidade romana, além da ocupação em períodos como no Principado, Antiguidade Tardia, Medieval e Moderna ao longo de quarenta anos de escavações continuadas na área urbana (FERNANDES, 2018, p. 9).

Nas nuances de uma Braga antiga foi se distinguindo características e delimitando a cronologia de habitações, espaços e materiais que nos contam como se constituiu a sua evolução urbana. Graças às escavações realizadas, contribuíram para o aparecimento de espaços e memórias antes esquecidas, em algumas áreas protegidas; como é o caso da Colina do Alto da Cividade, onde se encontram um termas público romano (MARTINS, 2005) e um teatro (MARTINS et al., 2006; 2013) e do quarteirão das Carvalheiras, identificando vestígios de uma *domus* e ocupando a totalidade de um quarteirão, rodeado por ruas (MARTINS, 1997-98; SILVA, 2000; MAGALHÃES, 2010).

Além de tudo isso, foi possível reconhecer a orientação da malha ortogonal da cidade e vestígios arquitetônicos que, apesar de fragmentários, forneceram elementos distintivos para caracterizar os edifícios públicos e privados, mas, também, as áreas de necrópoles que se desenvolviam ao longo das vias que ligavam *Bracara Augusta* a outras cidades.

Uma das conclusões mais perceptíveis do “*Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*”, consiste no fato de que a cidade é um quebra-cabeça, ou seja, que a Braga

romana é uma cidade sobreposta, por camadas de épocas que ecoam em suas construções. Por isso que as escavações foram cruciais para o aparecimento e delimitação de um espaço outrora esquecido, com um caráter descontínuo e com uma reutilização sistemática de materiais de construção romano ao longo de distintas épocas, fazendo com o que os vestígios arquitetônicos desaparecessem e fossem remodelados (MARTINS et al., 2012, p. 30).

Com isso, é justificável o porquê se conhecia pouco da cidade romana de *Bracara Augusta*, sendo sede de um convento jurídico¹, capital da província da Galécia, a partir de Diocleciano e, mais tarde, capital do reino suevo.

Já na Alta Idade Média se sabe pouco sobre *Bracara Augusta*, como o ataque dos árabes, durante os séculos VIII e IX, e a fuga do bispo para Lugo. Além do mais, a cidade sofreu um forte ataque de Almansor em 998 (MARTINS; DELGADO; LEMOS, 1995, p. 54).

Os sucessivos ataques foram danosos para que a memória de uma cidade faustosa fosse olvidada. A recuperação urbana de Braga foi lenta, fazendo com que perdesse sua primazia política e religiosa para cidades até recentes, como o caso de Santiago de Compostela, em que relíquias de mártires fossem levados e devolvidos somente em 1994 (MARTINS; DELGADO; LEMOS, 1995, p. 54).

A Braga medieval não tinha um capital político de outrora, além de uma delimitada população. Como afiança Maria Manuela Martins, foi abandonada a cidade romana e serviu, especialmente, como pedreira para a Braga medieval

De facto, a Braga medieval nada mais era do que um pequeno núcleo habitacional, centrado em torno da catedral, sagrada em 1089, que ocupava apenas o quadrante nordeste da anterior cidade romana. Lentamente, parte da cidade romana será abandonada, talvez posteriormente ao séc. VIII, passando as ruínas dos seus edifícios públicos e privados a servir de pedreira da pequena Braga medievá, enquanto os seus terrenos se convertiam, aos poucos, em campos de cultivo (MARTINS, 2004, p. 149).

A catedral de Braga foi construída, somente, no século XII e, conseqüentemente, o espaço urbano também mudou, pois, as demais construções são em função do edifício

¹ Habitualmente se define a *conventus iuridici* como assembleias e circunscrições em que se subdividem as províncias da Dalmacia, Asia e Hispania, com uma função, majoritariamente judicial (DOPICO CAÍNZOS, 1986, p. 266)

eclesiástico. Entretanto, foi no século XVI que inicia um interesse e uma redescoberta pela história da cidade antiga de *Bracara Augusta*, partindo dos humanistas bracarenses, como no caso de D. Diogo de Sousa (1461-1532) (MORAIS; BANDEIRA; PINHO, 2013, p. 17; MARTINS, 2004, p. 149; MARTINS, 1995, p. 54; MARTINS; DELGADO, 1990, p. 12).

D. Diogo de Sousa, enquanto arcebispo de Braga, entre 1505 a 1532, fez alterações da fisionomia do burgo medieval através de modificações urbanísticas e arquitetônicas, além de iniciar um processo de preservação da memória romana da cidade, colecionando e reunindo lápides e miliários, recolhidos em Braga e arredores, como nos Campos da Vinha e de Sant'Anna (MORAIS; BANDEIRA; PINHO, 2013, p. 20). Todavia, foi nesse momento a confecção do mais antigo mapa da cidade, datado de 1594 e atribuído ao alemão Georgius Braunio, ilustrando as alterações topográficas e urbanísticas da Braga quinhentista (MARTINS, 2004, p. 149).

Da Braga seiscentista temos os testemunhos escritos reunidos nas obras de autores eruditos, como é o caso do arcebispo D. Rodrigo da Cunha que, na sua obra a *História eclesiástica dos arcebispos de Braga* (1634-35), ensaiou a primeira tentativa de síntese da História de Braga e, também, descreveu as ruínas de grandes edifícios visíveis na paróquia de S. Pedro de Maximinos. Outro religioso, igualmente, foi crucial para essa (re)descoberta de *Bracara Augusta*, no período moderno; Jerônimo Contador de Argote (1676-1749) procedeu à mais ampla tentativa de reconstituição da história da cidade romana a partir dos testemunhos arqueológicos e do recurso às fontes escritas, na sua obra *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas* (1732-34).

Contudo, foi somente no século XX, na década de 1970, com o processo de urbanização e com a expansão de Braga que se iniciou um debate acerca da cidade, onde se enfrentaram estudiosos, políticos e interesses imobiliários (MORAIS; BANDEIRA; PINHO, 2013, p. 31-32). Desencadeou-se, portanto, uma série de medidas de proteção a esse patrimônio descobertos, como: Fundação da Comissão de Defesa e Estudo do Patrimônio, em 3 de fevereiro de 1976; e, a criação do Campo Arqueológico de Braga, com o intuito de criar o Projeto *Salvamento de Bracara Augusta*, que em 1977 determinou a Unidade de Arqueologia (MARTINS, 1991/1992, p. 184). Do mesmo modo, pouco tempo depois, houve a revitalização do Museu D. Diogo de Sousa, em 1980, dando condições para guardar,

preservar e restaurar o numeroso espólio que as escavações trouxeram sobre a cidade romana a Norte do Douro (MARTINS, 1991/1992, p. 184).

A recuperação da memória de *Bracara Augusta* iniciada no século XVI foi um processo lento e que ainda suscita esforços e discussões, mesmo com os avanços das últimas décadas. Entretanto, o que se protegeu dessa memória - constituindo uma ínfima parcela mantida hoje, em raros núcleos de ruínas preservadas e visitadas-, nos informa como se formou a opulenta *urbs* de *Bracara Augusta*

2. A reorganização romana na Hispânia

Desde a Segunda Guerra Púnica, Roma já se assenhorou da Península Ibérica. Pois, os cartagineses detinham a parte o sul da Península, notadamente a Bética e a Costa Mediterrânea, por isso, se explica a estratégia do exército de Aníbal para atravessar os Alpes e invadir a Itália, com seus elefantes e um grande contingente de soldados *iberos* (FANTINATO, 2017, p. 22) Depois da derrota cartaginense, Roma inicia um processo de integração e domínio desses povos. Apesar disso, a composição étnica da Península Ibérica é complexa e distinta, pois na região Sul era habitado por povos compostos por diversos níveis de miscigenação entre *íberos* e celtas, com exceção dos bascos (MENENDEZ, 2007).

Diferentemente do Sul, a região Norte demorou mais para ser conquistado, como no caso da Lusitânia em 139 a.C. Entretanto, depois que passaram ao domínio romano, a região conhece um florescer e se tornaram importantes centros econômicos, como no caso da Galécia e algumas cidades como *Bracara Augusta* (Braga), *Asturica Augusta* (Astorga), *Lucus Augusti* (Lugo) (FANTINATO, 2017, p. 23).

Como se percebe o domínio romano na península Ibérica não foi homogêneo, tendo processos distintos nas regiões, e o caso de *Bracara Augusta* é singular.

A criação das cidades na região noroeste da Península Ibérica representou uma iniciativa imperial de Augusto, cuja função foi essencialmente política e administrativa; sendo que *Bracara Augusta* foi a única fundação no território português a Norte do Rio Douro (MARTINS, 1990, p. 12; 2000, p. 267).

É perceptível que a função clara da criação das cidades do noroeste da península era uma reorganização da Hispânia, e, no caso de *Bracara Augusta* se deveu, em grande

medida, a sua localização privilegiada numa região densamente povoada (MARTINS, 2000, p. 268).

Os autores antigos mencionam a densidade populacional na Hispânia. Estrabão cita um número significativo de mais de mil cidades espalhadas pela Península Ibérica, com uma grande diversidade (ESTRABÃO, *Geografia*, III,4,6,13). No entanto, de acordo com Leonard Curchin esses povoados eram diversificados e de difícil distinção, entretanto, podendo ser *oppida* indígenas (CURCHIN, 1996, p. 136). Na descrição de Plínio, o Velho, os habitantes da antiga província da Hispânia, na primeira metade do primeiro século d.C., contabilizaria cerca de seis a sete milhões de habitantes, sem contar os escravos e estrangeiros (LE ROUX, 2006, p. 118-119). Logo, essas citações ao exporem o caso específico da Península Ibérica, permitem perceber que as regiões dominadas por Roma e depois transformadas em províncias eram de certa forma populosas, fazendo com que o Império Romano estabelecesse estratégias de controle e integração das distintas populações (TOLFO, 2017, p. 27).

Ainda que estivesse numa região densamente populosa, conforme as citações acima, *Bracara Augusta* no final do primeiro milênio a.C., desconhecia a vida urbana, mas atingiu um considerável crescimento econômico (MARTINS, 2000, p. 269). Por isso, a sua singularidade e seu protagonismo, como afirma Manuela Martins:

O protagonismo da cidade lê-se no próprio nome: *Bracara Augusta*, a cidade que o imperador Augusto fundou e mandou construir para ser um centro político e religioso, dominante sobre uma vastíssima região, vocacionada para funcionar como bastião da nova ordem que nasce com a pacificação da rica Hispânia [grifo meu] e a sua integração no Império romano. Integrar terras, assimilar os conquistados e explorar recursos, significava para os romanos, antes de tudo, criar infraestruturas. E estas passavam por duas condições: erguer cidades a rasgar vias que as ligassem entre si, permitindo que *através* delas circulassem gentes, produtos, ideias e costumes. Depois, uma vez asseguradas as condições para o desenvolvimento das regiões, este cabia a iniciativa, capacidades e riqueza das populações, aspectos que determinavam, em última instância, o ritmo, características e qualidade do crescimento (MARTINS, 2000, p. 269).

O protagonismo de *Bracara Augusta* está intrinsecamente ligado, além da disposição geográfica e das riquezas naturais, mas, também, com a forma como as elites locais conseguiram interagir com Roma. Em contrapartida, da parte de Roma, a estratégia e a necessidade de dotar a região do Norte do Douro de estruturas sociais e políticas suscetíveis

de firmar a presença romana e facilitar a integração das suas populações (LE ROUX; TRANOY, 1983/1984, p. 199-207).

3. A “romanização” ou interação

As cidades foram uma ferramenta ao serviço do Império, da *Pax Romana* e do processo de integração das populações indígenas. A proliferação de cidades no Império, sobretudo com Augusto, exerceu um papel extremamente relevante nos objetivos estratégicos de ocupação de novos territórios, especialmente no referente ao quadro administrativo e político (MARTINS, 1990; 1995).

Se pensarmos as cidades como centros fomentadores do ideal romano, traduzido nos seus costumes, na produção de bens materiais, na representação linguística e na aplicabilidade das suas normas jurídicas, podemos aceitar que elas foram o principal vetor de transformação social das populações indígenas, o que as tornam essenciais ao processo de “romanização”. Nesse sentido, questiono o que há muito tempo se definiu como *romanização*.

O conceito primevo aparece num momento histórico associado a discurso legitimador de impérios coloniais e afiançando identidades nacionais, marcando o cenário dos finais do século XIX e início do XX. Ao retomar os preceitos clássicos e uma ressignificação de um passado glorioso com impérios helenísticos e romanos, em outros termos; o contexto das práticas imperialistas das antigas potências europeias influenciou o pensar acadêmico, na forma de investigar o passado.

Romanização, desde a sua origem, trata da influência romana, em via única, em relação aos povos integrados em sua esfera de ocupação, seja territorial, cultural, económica ou política. Esse conceito tradicionalista denota uma hierarquização e dicotomia, cultura romana, civilizada, versus a bárbara, selvagem; sem uma relação simbiótica, sendo normatizador e idealizado.

Entretanto, desde o período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com uma crítica aos conceitos imperialistas e normatizadores, há uma redefinição da atuação de Roma nas províncias e regiões periféricas do Império. Consequentemente, alguns autores com trabalhos realizados essencialmente nas províncias romanas, ajudaram a reestruturar o conceito, relativizando-o e aplicando-o a realidades culturais locais.

Faço alusão a um autor, que se aplica de forma pontual às questões levantadas no artigo. Greg Woolf, arqueólogo e historiador britânico, debate e detalha sobre as características das províncias romanas, onde o diálogo dos historiadores com os arqueólogos desencadeou um forte aumento de informações, que contribuíram para derrubar interpretações generalizantes tradicionais e permitiram compreender a contribuição do indígena, local, na cultura material das diferentes regiões do Império (1998). Woolf argumenta que esta percepção se norteia na adoção da cultura material romana, pelas elites locais, que teria funcionado como um novo instrumento de manutenção da ordem social, afirmação esta que contraria as hipóteses interpretativas baseadas no uso da força por Roma para manter a paz dentro do Império (1998, p. 54).

Portanto, considero a argumentação de Woolf como pertinente para a redefinição do conceito de “romanização” e, no caso específico, para a compreensão da fundação de *Bracara Augusta* – e a relação que desencadeou entre as elites locais e Roma. Com isso, concordo com Pedro Paulo Funari e Renata Senna Garraffoni, ao elencarem novos conceitos

Essa crítica pós-colonial e pós-moderna dos fundamentos conservadores levou a novos modos de entender as sociedades antigas e modernas, que passaram a ser vistas como realidades heterogêneas, conflitivas e diversas, contendo relações e interações sociais fluidas. Conceitos como a creolização, o hibridismo e a mestiçagem sempre enfatizam uma mescla de interações e intercâmbios contínuos. O estudo do mundo antigo, em resposta a tudo isso, implodiu a maioria dos fundamentos normativos tradicionais ao explorar aspectos da vida social como o uso de diferentes línguas ao mesmo tempo e as tensões entre diferentes identidades religiosas e étnicas, em meio a uma longa lista de assuntos que exploram a diversidade, ao invés da homogeneidade (FUNARI; GARAFONI, 2018, p. 250).

4. *Fundação e protagonismo*

De um modo geral, as motivações que presidiram à fundação de *Bracara Augusta* na *urbs* não se diferenciaram dos que caracterizaram a emergência das suas vizinhas como *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* (MARTINS, 2004, p. 150). Os dados disponíveis para sustentar tal afirmação advêm, sobretudo, que *Bracara Augusta* faz parte do pacote de cidades planejadas, criadas *ex novo* por Augusto, no fim das guerras cantábricas, para uma reorganização provincial da Hispânia (MARTINS, 2004, p. 150; MARTINS *et al*, 2012, p. 31).

A importância das medidas de Augusto foi de tamanha envergadura para a criação e desenvolvimento dos novos centros urbanos que o próprio *Princeps*, na sua *Res gestae*, se

referiu como o “fundador de cidades” e um difusor de uma política “urbanizadora” (BALIL ILLANA, 1976, p. 69). Foi, ainda, durante o governo de Augusto que ocorreu um grande crescimento populacional, fato, intrinsicamente, atrelado ao desenvolvimento interno das cidades, desencadeando a intensificação do comércio, o acréscimo de cargos administrativos e o incremento da atividade artesanal (MONTENEGRO DUQUES, 1988, p. 267).

Em relação à data exata sobre a fundação de *Bracara Augusta*, é envolta em grandes debates. Alguns pesquisadores situam a nova *divisio* provincial entre o ano 27 a.C. e o ano 12 a.C., data da morte de *Agrippa*, a quem Augusto teria confiado, em 19 a.C., a solução definitiva do conflito cantábrico e a organização dos territórios recém dominados (MARTINS, *et al.*, 2012, p. 31).

Outros, enfatizam que mais antigos relatos sobre a fundação da cidade de *Bracara Augusta* se encontram no material epigráfico, entre os anos de 3 a.C. a 4 d.C. (LE ROUX, 1975, p. 155; TRANOY, 1981, p. 328), com a necessidade de Augusto de firmar a presença romana e facilitar a integração das suas populações (LE ROUX; TRANOY, 1983/1984, p. 199-207).

Este fato descansa na datação de um conjunto de inscrições honoríficas encontradas em Braga e nos seus arredores, como: o pedestal, monumento mais antigo conhecido na região, de uma estátua consagrada ao imperador Augusto pelos habitantes no dia do aniversário natalício de *Paulus Fabius Maximus*, governador de Citerior, quando esteve em Braga - ocorridos provavelmente entre 3 a 2 a.C., encontrado junto à Capela do Senhor do Lírio em Semelhe (LE ROUX, 1975, p. 155-159; TRANOY, 1981, p. 328); outros pedestais são encontrados, sendo um dedicado ao *Genius Caesaris* e outro ao *Genius Augusti* (LE ROUX, 1975, p. 155-159; TRANOY, 1981, p. 328; MARTINS *et al.*, 2012, p. 35); uma ara dedicado à *Agrippa Postumus*, filho de *M. Vispsanius Agrippa*, tenente de Augusto - datado anteriormente ao ano de 4 a.C. (LE ROUX, 1975, p. 155-159); um monumento erguido pela *Callaecia* a um dos netos de Augusto (MARTINS; DELGADO, 1990, p. 14).

Assim sendo, a epigrafia mais antiga de Braga representa um documento considerável para se compreender a formação do centro urbano e a implantação do culto ao imperador, cimentando e integrando a região com o mundo romano. E, nesse sentido, a integração e cooperação da elite local com a cultura romana, nos faz refletir que o processo

foi um jogo de interesses entre ambos os lados. Os *bracari*, nesse processo, não foram coadjuvantes, mas protagonistas, como afirma Maria Manuela Martins,

A história da fundação de Bracara Augusta prende-se indiscutivelmente com o protagonismo dos *Bracari*, povo referido pela primeira vez nas fontes a propósito da expedição militar que Decimus Junius Brutus realizou ao território que hoje corresponde à província portuguesa do Entre Douro e Minho, entre 138 -136 a.C. No rescaldo dessa expedição parece indiscutível considerar que os Bracari terão desenvolvido um longo percurso de relações com o sul da Hispânia, consolidadas após a expedição de César a Brigantium, cerca do ano 60 a.C., que permitiu o incremento da rota atlântica, indispensável aos contactos das populações do NO Peninsular com a órbita mediterrânica (MARTINS, 2012, p. 33)

Para os *bracari*, a fundação de Bracara Augusta representou a definitiva integração destes no universo político imperial, cujo nome permanece na raiz da designação do novo centro urbano (MARTINS; DELGADO, 1990, p. 16; MARTINS, 2012, p. 33).

Conforme os vestígios até à data recuperados, o local onde mais tarde se fundaria a cidade de *Bracara Augusta* foi frequentado durante o período do Bronze Final, provavelmente, por núcleos familiares cujos *habitats* eram constituídos por cabanas de materiais perecíveis (MORAIS et al., 2015, p. 116).

Alain Tranoy (1981) sugere que a colina da Cividade seria a localidade onde se reuniam os habitantes dos diversos castros que integravam os *Bracari*, a fim de discutirem assuntos de interesse comum e trocaram produtos, antes do plano urbano dos romanos. Esta tese é sublinhada por Sande Lemos (2007/2008), ao realçar o carácter sagrado do lugar e a sua disposição central entre as bacias fluviais dos rios Ave e Cávado, constituindo um cruzamento de vias terrestres. Os estudos realizados por Rui Morais (1997, p. 98; MORAIS et al., 2015, p. 116), para cerâmicas finas importadas, enfatizam que *Bracara Augusta* teve o seu núcleo original na Colina da Cividade, onde se registram os materiais romanos mais antigos até hoje encontrados nas escavações. Outra evidência expressiva da arquitetura pública associada aos momentos iniciais da vida da cidade está na monumentalização da Fonte do Ídolo, que foi anteriormente um santuário/fonte rupestre dedicado à deusa Nabia (ELENA et al., 2008, p. 47.)

A presença de indígenas, os *bracari*, durante a primeira metade do século I d.C., está documentada pela Epigrafia, sobretudo em inscrições funerárias que nos fornecem um quadro abrangente, mesmo que ainda seja incompleto, do processo de povoamento e de

interação desses povos com os romanos (LE ROUX; TRANOY, 1973, p. 193; MARTINS; DELGADO, 1990, p. 16).

Mesmo que a Epigrafia tenha uma certa abundância, temos um silêncio quando nos deparamos com a Arqueologia, em relação às construções no período da primitiva cidade de Augusto (MARTINS; DELGADO, 1990, p. 17).

Em relação às fontes escritas temos algumas escassas citações acerca da sua origem. Plínio, o velho, faz uma referência de *Bracara Augusta*, onde a inscreve na lista dos *oppida* peregrinos (PLÍNIO, O VELHO, *História Natural*, 4, 112). Quanto à sua promoção jurídica não possuímos testemunhos diretos que acenem à condição de município; em contrapartida, Patrick Le Roux (1994; 1995; 1996), a partir dos dados epigráficos de *Bracara Augusta*, propõe que esta tenha usufruído desde a sua fundação do *ius latii*, essa condição jurídica, e não o estatuto de simples cidade peregrina.

A imagem de *Bracara Augusta* que podemos reter do tempo de Augusto e da dinastia Júlio-Claudiana, corresponde ao paradigma de uma cidade em franca atividade construtiva, distintamente das cidades do segundo século, período em que os centros urbanos atingem a sua máxima expansão e conhecem uma generalizada arquitetura doméstica em pedra (MARTINS *et al.*, 2012, p. 45; MARTINS; DELGADO, 1990, p. 22).

Depois deste período, um conjunto de edifícios públicos constituído por uma termas (MARTINS, 2005) e por um teatro (MARTINS *et al.*, 2006, p. 10-30), que se sucedeu ao edifício pré-termal na Colina da Cidade, definem como melhores exemplares conhecidos da arquitetura pública de *Bracara Augusta*, que se desenvolveu a partir da dinastia flaviana, situando-se nas imediações do *fórum*, este construído na época de Augusto (MARTINS *et al.*, 2012, p. 46).

Também, nesse período, é sugerido que foi construído um edifício de espetáculos fora do perímetro do centro urbano. Dom Rodrigo da Cunha ao descrever as ruínas de grandes edifícios visíveis na paróquia de São Pedro de Maximinos, sendo aparente ainda no século XVII, fez a seguinte menção

As memórias antigas, que ha em Braga mostraõ que foi sempre cidade grandiosa. Sua primeira fundação, & assento naõ foi no lugar onde hoje se vê. Teue seu principio iunto à Igreja de São Pedro de Maximinos onde se mostrão hoje ruínas de grandes edifícios, que dão testemunho de sua antiga maiestade. & ainda aparece hum como meo circulo lugar, onde

estava o anfiteatro, em que os Bracharenses ao modo Romano celebravam suas festas (DOM RODRIGO CUNHA, 1634, p. 11).

Isso demonstra que *Bracara Augusta* manteve uma vida urbana normal, parecendo que foi poupada das perturbações que afetaram grande parte da Hispânia entre finais do segundo e meados do terceiro século (LOPEZ SERRANO, 1988, p. 265-277). Por isso, que posteriormente, temos a política de Diocleciano ao dividir, nos finais do terceiro século, a *Tarraconense* e a criar a província da Galécia, que reuniu os três *conventus* jurídicos do noroeste da Hispânia e promoveu *Bracara Augusta* para a capital da nova província.

Sucessivamente, registrou-se uma generalizada remodelação de edifícios públicos e privados, com certeza, ocasionado por *Bracara Augusta* ser promovida à capital da província da Galécia (FERNANDEZ OCHOA, 1997).

O interessante foi que *Bracara Augusta* sustentou sua importância política e econômica, num momento em que muitas das cidades ibéricas tiveram o enfraquecimento da vida urbana e uma retração populacional (FERNANDEZ UBIÑA, 1982). Para Maria Ribeiro a grandeza e monumentalidade da *urbs*, nos séculos IV e V, podem ser dimensionadas através da menção no poema *Ordo Urbium Nobilium* de *Decimus Magnus Ausonius* que dedica à vinte cidades mais ricas e nobres do Império, incluindo *Bracara Augusta* (RIBEIRO, 2008, p. 155).

Depois de Diocleciano, passando por Constantino e a adoção ao cristianismo, houve o florescimento da cidade, garantindo-lhe um extenso território, e a funcionalidade como sede jurídica (MARTINS; DELGADO, 1990, p. 31).

Todavia, ao avançar entre os séculos V e VI, com as migrações e invasões suevo-visigótica, a cidade antes pertencente ao Império Romano, foi entregue, primeiramente, como forma de partilha aos suevos em 411 e, depois, tornou-se domínio Visigótica em 585, antes passou pelo saque de Teodorico II em 455 (MARTINS, 1991/1992, p. 181).

5. Considerações finais

As escavações realizadas em Braga durante essas quatro décadas, nos forneceram vestígios significativos que permitiram documentar e historicizar a estrutura da cidade. Os dados disponíveis permitem considerar que *Bracara Augusta* foi um exemplar urbano revelador com um bom nível de integração das populações indígenas da área meridional do

Noroeste peninsular, além de uma disposição geográfica favorável, fatos estes determinantes para o seu protagonismo no Baixo Império e a sua promoção a capital provincial da Galécia, no governo de Diocleciano.

Contudo, os estudos arqueológicos ainda nos fornecem evidências e relevos descontínuos desse processo urbano, também é certo que só ela poderá descobrir os elementos que nos permitam ir restituindo a evolução e transformação sofridas pela cidade ao longo da sua ocupação.

Apesar da natureza fragmentária, o urbanismo de *Bracara Augusta* foi um processo dinâmico, alimentado por sucessivos e distintos projetos arquitetônicos, que foram estruturando num tecido urbano, continuamente retocado, ao longo dos séculos. Entre finais do séc. I e inícios do II, surge-nos, assim, como uma expressão da capacidade que as elites bracarenses tiveram em exprimir a sua lealdade ao estado romano, dotando a cidade de espaços identitários, como o teatro e o anfiteatro.

A recuperação da memória de *Bracara Augusta* foi feita de sobressaltos de despertares sucessivos, do que se salvou dessa memória constitui íntima parte da vida de uma grande *urbs*, mantida hoje, em raros núcleos de ruínas conservadas e visitáveis, nos registros arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

AUTORES ANTIGOS

ESTRABÃO. *Geografia*. Livro III-IV. Madri: Editorial Gredos, 1992.

PLÍNIO (23 a. C. / 79). *Naturalis Historia. I Cosmologia e Geografia. Libri 1-6*. Trad. Alessandro Barchiesi et alii, Torino: Guilio Einaudi editore, 1982.

AUTORES ANTIGOS DE BRAGA

J. CONTADOR ARGOTE, *Memórias para a história Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespânhas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1732/1734.

D. RODRIGO CUNHA (1634). *História Eclesiástica de Braga e dos Santos Varoens Illustres que florescerão enste Arcebispado*. Manoel Cardozo, 2ª ed. Braga: [s.n.], 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIL ILLANA, A. Las ideas urbanísticas em época augustea. In: MOZOTA, F. B. (Ed.) *Anais do Symposion de Ciudades Augusteas*. Saragoza: Universidad de Zaragoza, 1976, p, 29-79.

CURCHIN, L. A., *La España Romana: Conquista y Asimilación*. Madri: Editorial Gredos, 1996.

- DOPICO CAÍNZOS, M. D. Los Conventus Iuridici. Origen, cronologia y naturaliza histórica. *Gerión*. Revista de História Antigua Editorial Universidad Complutense de Madrid. 4: 265-283, 1986.
- ELENA, G. A.; MAR, R.; MARTINS, M. A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário. *Bracara Augusta*. Escavações Arqueológicas, 4, UAUM/Narq, Braga, 2008.
- FERNANDES, L. R. V. O. *Urbanismo e arquitetura do quadrante sudeste da cidade romana de Bracara Augusta entre a época fundacional e a Antiguidade Tardia*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho, Braga: Universidade do Minho, Braga, 2018.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. *La muralla romana de Gijón* (Asturias). Madrid: Electra, 1997.
- FORTINATO, J. M. C. B. *Direito e religião na Antiguidade Tardia Ibérica*. Dissertação sob orientação do Prof. Dr. José Artur Anes Duarte Nogueira. Departamento de Histórico-Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017.
- FUNARI, P. P. A; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da Romanização. *Revista Heródoto*, Unifesp/Guarulhos, v. 3, n. 2, dez. 2018, p. 246-255.
- LE MOS, F. S. Antes de *Bracara Augusta*. *Forum*, Braga, 42-43, 2007/2008, p. 203-239.
- LE ROUX, P. *Romanos de España: cidade y política en las provincias* (siglo II a.C. – siglo III d.C.). Barcelona: Bellaterra, 2006.
- LE ROUX, P. Aux Origines de Braga. *Bracara Augusta*, Braga, 9 (67-68), 1975, p. 155-159.
- LE ROUX, P. Bracara Augusta: ville latine. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia: 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Actas, vol. VI. Porto, XXXIV: 3-4, 1994, p. 229-241.
- LE ROUX, P. Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el alto imperio. *Gerión*, Universidad Complutense de Madrid, 14, 1996, p. 363-379.
- LE ROUX, P. *Romains d'Espagne: cités & politique dans les provinces: lie siècle av. j.-c. – IIIe siècle ap. j.-c.*. Paris: Armand Colin, 1995.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. Rome et les indigenes dans le nord-ouest de la Peninsule Iberique. Problèmes de épigraphie et d'histoire. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, tomo 9, 1973, p.177-231.
- LOPES, M. D. C. *Elementos Arquitectónicos de Bracara Augusta*. Contributo para o estudo da Construção romana. Dissertação de mestrado sobre a orientação da Profa. Dra. Maria Manuela Martins, Universidade do Minho, Braga, 2016.
- LOPEZ SERRANO. Crisis Urbana y dinámica social en la Betica del siglo III y Bajo Imperio. *Actas do Ier Congreso Peninsular de Historia Antigua*, III, Santiago de Compostela, 1988, p. 177-179.
- MARTINS, M. Bracara Augusta Revisitada. *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, v. XLIX, n. 103 (116), 2000, p. 265-280.
- MARTINS, M. Bracara Augusta: a memória de uma cidade. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, n. 8-9, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1992, p. 177-197.

MARTINS, M. Urbanismo e arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente Europe*. Estúdios arqueológicos, Tarragona, 2004, p. 149-174.

MARTINS, M.; CARVALHO, H. As Transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro, *Revista de Historiografia*, 25, Madrid, 2016, p. 219-243.

MARTINS, M.; DELGADO, M., História e arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Série II, Braga, 1990, p. 11-39.

MARTINS, M.; DELGADO, M.; LEMOS, F. S. À Descoberta de Bracara Augusta. Um Projeto de Arqueologia Urbana no norte de Portugal. *Forum*, 17, 1995, p. 53-60.

MARTINS, M., As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta. In: MARTINS, M. (coord.) *Bracara Augusta*. Escavações Arqueológicas, 1, Braga: UAUM / Narq, 2005.

MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F. A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de Bracara Augusta. *Forum*, 40, Braga: Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2006, p. 9-30.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. Arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *Forum*, n. 44-45, Universidade do Minho, Braga, 2009, p. 149-177.

MENENDEZ, P. *Historia de los Heterodoxos Españoles*, vol. I. Biblioteca de Autores Cristianos, 6ª Edición, Madrid: Gredos, 2007.

MONTENEGRO DUQUES, A. Augusto en Hispania. In: A. Blázquez et al. (Orgs.) *História de Hispania Romana*, Tomo II. Madrid: Catedra, 1988, p. 254-282.

MORAIS, R., *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Tese defendida sob a orientação da Profa. Dra. Maria Manuela Martins. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, 2004.

MORAIS, R. De novo sobre a municipalidade de Bracara Augusta no período Flávio *Conimbriga XLV*. Universidade do Minho, 2006, p. 125-137.

MORAIS, R.; BANDEIRA, M.; PINHO, E. M. *Itineraria Sacra: Bracara Augusta fidelis et antica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MORAIS, R.; CERDÁN, A. M.; SOUSA, M. J. A Fundação de Bracara Augusta: assentamento militar ou estabelecimento civil num ambiente militarizado. In: QUEIROGA, F. R.; TAYLOR, T. F. (eds.) *Rethinking Warfare 2012, an international conference on the social perceptions and representations of war*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2015, p. 115-131.

RIBEIRO, M. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna*. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Tese de doutoramento. Instituto de Ciências Sociais. Braga: Universidade do Minho, 2008.

RIBEIRO, M.; MELO, A. S. *Evolução da Paisagem Urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, L.; TRANOY, A.; LE ROUX, P. Inscrições romanas no museu Pio XII em Braga. *Bracara Augusta*, 37, 1983, p. 185-205.

TOLFO, T. *A Urbanização Romana no noroeste da Hispânia: fontes e especificidades*. Dissertação sob orientação da Profa. Dra. Manuela Martins. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho, 2017.

TRANOY, A. *La Galice Romaine*. Recherches sur le Nord-Quest de la Péninsule Ibérique dans L'Antiquité. Paris: Diffusion du Bocard, 1981.

TRANOY, A.; LE ROUX, P. As Necrópoles de Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, 1989/1990, p. 187-232.

WOOLF, G. *Becoming: the origins of Provincial Civilizations in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.